

O destino nas mãos de Wilson

Daniela Nahass
Da equipe do **Correio**

O desfecho do escândalo da violação do painel eletrônico do Senado depende apenas do parecer do senador Carlos Wilson (PPS-PE), que analisa o relatório da comissão de inquérito que investigou a participação de quatro funcionários da violação do painel eletrônico do Senado. Como primeiro-secretário da Mesa do Senado, Wilson é o responsável pela conclusão do processo. Os dois senadores responsabilizados pela fraude, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF), escaparam da maior punição _ a perda dos direitos políticos _ renunciando ao mandato. Para colocar um ponto final nesta história, falta apenas definir qual será a pena para o crime cometido pela ex-diretora do Prodases (Serviço de Processamento de Dados do Senado), Regina Borges, e três dos seus subordinados: Ivar Alves Ferreira (seu marido), Heitor Ledur (operador do sistema de votação) e Hermílio Gomes Nóbrega (técnico).

Apesar do que está escrito no regimento dos servidores, o presidente interino do Congresso, senador Edison Lobão (PFL-AM), disse que Carlos Wilson tem autonomia para decidir pela suspensão dos quatro servidores. Se isso acontecer, a sentença nem passa pela Mesa. Caso opte pela demissão dos funcionários, o parecer segue para os membros da Mesa e vale o que a maioria decidir. Wilson diz que ainda não tem nenhuma conclusão, mas, a assessores próximos, tem demonstrado a intenção de dar uma punição mais branda aos funcionários. Edison Lobão espera que o senador lhe procure antes de dar o parecer final. "Espero que ele converse comigo e com toda a Mesa antes.

Lobão disse ontem que existe uma corrente de senadores que defende uma pena para os servidores proporcional à punição

Como antecipou ontem o **Correio**, a comissão de inquérito concluiu pela demissão de Regina. Até porque o regimento dos servidores públicos é claro e não deixa dúvidas de que houve infração grave ao Regime Jurídico Único. O artigo 130 diz que a suspensão só será aplicada em casos que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão. O que não é o caso. A violação do painel eletrônico do Senado se encaixa em pelo menos quatro casos previstos no artigo 132, que define em que situações caberá a demissão de um servidor público. Regina Borges e os outros três funcionários cometem crime contra a administração pública, revelaram segredos do qual se apropriaram em razão do cargo, utilizaram pessoal e recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares e valeram-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outro, em detrimento da dignidade da função pública.

Gilberto Alves 31.05.01



O ATO COMETIDO POR REGINA IMPLICA DEMISSÃO, MAS HÁ QUEM CONSIDERE QUE ISSO SERIA DESPROPORCIONAL

de ACM e Arruda. Estes senadores acreditam que a demissão, e a consequente perda de aposentadoria, é uma pena muito maior que a renúncia do mandato. Afinal de contas, os dois ex-senadores mantiveram os direitos políticos. Se a Mesa do Senado optar pela demissão, a principal servidora envolvida na violação do painel, Regina Borges, por exemplo, vai perder o direito à aposentadoria de R\$ 7 mil mensais, sendo que ela iria se aposentar dentro de três meses. Um dos argumentos que pode sensibilizar os senadores é o fato de Regina ter alegado, durante a

sua defesa, que estava com a saúde debilitada por causa de uma cirurgia. A ex-diretora do Prodases anexou vários atestados médicos ao processo.

Por outro lado, uma outra corrente de senadores avalia que a perda de mandato é a pior coisa que pode acontecer a um parlamentar. Desta forma, defendem uma punição exemplar para os funcionários. "Se tiver dramaticidade pretendendo discutir a decisão que determinará a punição de Regina", disse Edison Lobão. Hoje, o presidente do Sindicato dos Servidores do Legislativo (Sindlegis), Ezequiel Nascimento, pre-

tende se reunir com o presidente interino do Senado. Ele defende que a punição dos funcionários seja proporcional à punição dos ex-senadores Antonio Carlos e Arruda. "Como não houve perda de mandato, o melhor seria a suspensão dos quatro", afirmou. Nascimento disse que a punição é importante porque vai dar uma garantia aos outros funcionários que se negarem no futuro a atender ordens ilegais de parlamentares. Para justificar a violação do painel, Regina Borges disse que estava cumprindo ordens do então presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães.